

O optimismo de Davos

Ivone Rocha

Advogada no Departamento de Direito do Ambiente e Direito Público

Terminou mais um **Fórum Económico Mundial**, em Davos, e provavelmente porque a crise mais evidente é financeira, só se fala de optimismo e retoma da economia, na lógica de crescimento, como se o nosso problema fosse apenas esse.

A verdade é que durante dias, líderes mundiais, conceituados economistas e empresários debateram o futuro da economia onde incluíram, e bem, as preocupações do meio ambiente e da saúde mundial.

No que ao ambiente diz respeito, o enfoque foi para a necessidade, não apenas de combate mas sobretudo de adaptação às alterações climáticas, num reconhecimento claro de que as medidas de combate, concretamente de descarbonização da economia não estão a ser suficientes e precisamos de nos adaptar às alterações climáticas.

Com efeito, 1 a 12 por cento do GDP (PIB) mundial está a ser perdido pela destruição climática, podendo chegar aos 19% em 2030, ou seja, as alterações climáticas já não são projecções mas sim realidade. Tendo em conta os índices criados, o risco climático resulta da soma ao risco actual do aumento da população, da concentração urbanística e do desenvolvimento económico e do risco das alterações climáticas.

Considerando a sua indissociabilidade, o Fórum Económico Mundial elege como prioritárias as medidas ao nível da água, alimentos e energia e chama a atenção para o necessário envolvimento do sector privado, através da cooperação com o sector público, demonstrando que a adaptação climática, além de não ser possível ser realizada apenas com a acção do sector público, ela própria é geradora de riqueza.

Em suma, o reconhecimento de que o único caminho é o combate e a prevenção climática, por si só, contrasta com o fecho da ainda recente **Conference of Parties (COP) de Varsóvia**, que não logrou encontrar entendimento sobre o documento que tem que suceder ao **Protocolo de Quioto**, cuja aplicabilidade já se encontra em fase de prorrogação.

Na verdade, parece que o emotivo discurso do representante das Filipinas e as imagens de devastação de uma região não são suficientes, para percebermos que é a nossa sobrevivência que está em causa. Um pouco por todo lado, todos assistimos, no conforto dos nossos sofás, às imagens que passam no ecrã e que, além de representarem actualmente os referidos 1 a 12% do GDP, matam! Este é o mundo pequeno, porque global, em que vivemos mas humanamente distante, porque desprovido de sentimentos.

Na verdade, todos são consensuais na necessidade de combater as alterações climáticas mas não são capazes de contornar o chamado *prisoner's dilemma*, e cada parte mantém sempre o seu interesse em que as outras reduzam as suas emissões mais do que elas próprias.

Como em tudo, no problema está a solução, e o ambiente não é excepção! Com efeito, se ao acontecimento da Filipinas juntarmos a decisão do tribunal espanhol de absolvição dos arguidos no caso Prestige, facilmente percebemos que estamos perante um bem global insusceptível de se tornar individual – o ambiente!

No ambiente, quem produz a causa não sofre as consequências. Normalmente, as tragédias climáticas fazem-se sentir nos mais vulneráveis e não nos mais poluentes e quando estamos perante um dano, dificilmente lhe estabelecemos uma causalidade adequada; normalmente o dano resulta de uma pluralidade de agentes e acções que se prolongam no tempo.

Nenhum Estado consegue ser titular do seu ambiente, ao contrário do que acontece com outros interesses e direitos, onde os Estados cooperam como sujeitos de direito internacional, titulares ou co-titulares de um determinado bem. Foi com base nesse pressuposto que surgiram todas as regras de direito internacional e todas as organizações internacionais, na qual a estrutura da COP não é excepção.

Ora, no que ao ambiente diz respeito, com particular ênfase nas alterações climáticas, é exigido aos Estados que troquem a sua posição de sujeitos de direito internacional, titulares de bens ou direitos individualizáveis, e se tornem instrumentos de defesa de uma realidade verdadeiramente global: o ambiente, num quadro de comunhão. Sendo certo que, esta transformação não pode ser vista como uma “desqualificação”, mas sim uma adaptação a uma nova forma de *governance* internacional. Como alguém referiu, “uma existência global exige um governo global”.

A este “governo” global deve competir a descarbonização da economia, nela incluindo o consumo e a produção.

Segundo Martin Wolf, o que torna os sucessivos fracassos de entendimento “deprimentes” é que o mundo pode reduzir os riscos de catástrofes se for rápido e eficiente no seu combate. Por sua vez, William Nordhaus no seu novo livro *Climate Casino* defende a “viabilidade” económica do combate ao aquecimento se a acção for imediata e global e sugere um custo de 25 dólares por tonelada de carbono como preço para suportar a externalidade.

A tudo isto acresce, o relatório da **UNEP (United Nations Environmental Programme)**, denominado de “**GEO-5 for business**”, que demonstra que, a cada risco ambiental, corresponde uma oportunidade de negócio e elenca os sectores de maior risco como, construção, indústria química, energia, indústria extractiva e transportes, entre outros.

A Economia verde é rentável. Precisamos de novos conceitos e novas estruturas internacionais, entre outros.

O optimismo de Davos não pode ser um regresso ao passado!